



Abril/2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Legislativo - Especialidade Consultoria Legislativa Área Orçamento Público e Desenvolvimento Econômico

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A república, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslize".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blógs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!".

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta* // Agradeço-lhes antecipadamente.
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica*. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.
 - (C) *não faltam lexicógrafos* // não faltam-os.
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações* // Gostaria de conhecê-las.
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo'* // incluindo ela.
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...



Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER

Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation's debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government's borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington's ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party's deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times's David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

"He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want," said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner's re-election as speaker. "It's going to really demoralize the base."

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. "Tonight's vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that's a needless drag on our economy," Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

"A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker's part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party," said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. "It is time for him to go."

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. "We're happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time," he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

16. Segundo o texto,

- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
- (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
- (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
- (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
- (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,

- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
- (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
- (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
- (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
- (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by

- (A) however.
- (B) therefore.
- (C) then.
- (D) in spite of.
- (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a

- (A) Republican Party.
- (B) Tim Huelskamp .
- (C) Mr. Boehner.
- (D) David Leonhardt.
- (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:

Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.

Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?

- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
- (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
- (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
- (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
- (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.

**Regimento Interno**

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é
- (A) 2/3 de seus membros.
 - (B) 3/5 de seus membros.
 - (C) maioria qualificada.
 - (D) maioria absoluta.
 - (E) maioria simples.
22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que
- (A) aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
 - (B) a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
 - (C) o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
 - (D) no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
 - (E) as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.
23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao
- (A) Segundo Secretário.
 - (B) Terceiro Secretário.
 - (C) Primeiro Secretário.
 - (D) Vice-Presidente.
 - (E) Presidente.
24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará
- (A) efetiva e irrevogável após a sua publicação.
 - (B) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 15 dias.
 - (C) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 30 dias.
 - (D) temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irrevogável a partir daí.
 - (E) temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irrevogável a partir daí.
25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de
- (A) Constituição e Justiça.
 - (B) Finanças, Orçamento e Tributação.
 - (C) Administração Pública.
 - (D) Desenvolvimento Econômico.
 - (E) Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- (A) Aparte.
- (B) Questão de ordem.
- (C) Comunicação relevante.
- (D) Privilégio da dúvida.
- (E) Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- (A) Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- (B) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
- (C) Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (D) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (E) Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito

- (A) de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (B) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- (C) de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
- (D) à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (E) de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



<p>37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.</p> <p>(B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.</p> <p>(C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.</p> <p>(D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, <i>caput</i>, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.</p> <p>A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução</p> <p>(A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.</p> <p>(B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.</p>
<p>38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:</p> <p>(A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.</p> <p>(B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.</p> <p>(C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.</p> <p>(D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.</p> <p>(E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.</p>	<p>(C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.</p> <p>(D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>
<p>39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a</p> <p>(A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.</p> <p>(B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.</p> <p>(C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.</p> <p>(D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.</p> <p>(E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.</p>	<p>41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:</p> <p>(A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.</p> <p>(B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.</p> <p>(C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.</p> <p>(D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.</p> <p>(E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.</p>



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Financeira e Orçamentária Pública

51. A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias é correto afirmar que

- (A) antecede o Plano Plurianual – PPA, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da Administração para o ciclo correspondente.
- (B) condiciona a Lei Orçamentária Anual, estimando as receitas e fixando as despesas para o exercício subsequente.
- (C) obedece aos parâmetros fixados no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária, constituindo instrumento de monitoramento e gestão.
- (D) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo metas e prioridades para o exercício subsequente.
- (E) substitui a Lei Orçamentária Anual quando a mesma não tenha sido aprovada até a data limite fixada na Constituição Federal.

52. A Lei Orçamentária Anual deverá contemplar, obrigatoriamente, os orçamentos de

- (A) custeio e investimento.
- (B) pessoal ativo e inativos.
- (C) investimento e custeio das estatais.
- (D) seguridade social e investimento das estatais.
- (E) admissão direta e indireta.

53. O Governo do Estado aprovou, mediante Decreto do Chefe do Executivo, um amplo programa de ampliação de leitos hospitalares, com reforma e construção de hospitais. De acordo com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a indicação da correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária anual

- (A) é necessária apenas para o início das obras.
- (B) é obrigatória para o início dos correspondentes processos licitatórios.
- (C) somente é exigível no momento da assinatura dos contratos de obras.
- (D) é desnecessária caso o projeto se encontre inserido no Plano Plurianual.
- (E) é condição para a edição do Decreto instituindo o referido Programa.

54. O Estado pretende conceder benefício fiscal a empresas do setor farmacêutico, objetivando fomentar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos em determinada região do seu território. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de benefício dessa natureza

- (A) passou a ser expressamente vedada, somente sendo admissível para promover a equalização com benefício similar concedido por outro ente da Federação.
- (B) constitui renúncia fiscal, devendo ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- (C) somente pode ser feita por lei complementar e deve vir acompanhada da comprovação das medidas de compensação por meio de redução de despesas.
- (D) somente pode ser concedida por lei específica e desde que não constitua renúncia fiscal.
- (E) independe de medidas compensatórias se estiver prevista na Lei Orçamentária e desde que não afete a execução dos programas previstos no PPA.

55. O Estado pretende realizar operações de crédito com instituições financeiras nacionais e internacionais, ou ainda, com organismos financeiros multilaterais, para execução de diversos programas visando à ampliação da oferta de equipamentos e serviços públicos à população. Ocorre que, para firmar os correspondentes contratos, os financiadores exigem o oferecimento de garantias que possam ser executadas na hipótese de inadimplemento pelo Estado. De acordo com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal,

- (A) é vedada a concessão de garantias a entidades privadas.
- (B) a garantia deve estar limitada a 12 (doze) meses do serviço da dívida, incluindo principal e juros.
- (C) não é admissível a concessão de garantias para organismo financeiro multilateral do qual o Brasil faça parte.
- (D) é permitida a concessão de garantia aos financiadores, não podendo a mesma recair sobre receita de impostos do ente.
- (E) somente empresas não dependentes poderão prestar garantia diretamente aos financiadores, podendo o Estado contragarantir as empresas por ele controladas.

56. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, envolvendo tributos cujo fato gerador já tenha ocorrido.
- II. Aplicação de receita proveniente da alienação de bens e direitos para financiamento de despesa corrente de pessoal ativo.
- III. Operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Constituem vedações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as hipóteses previstas, APENAS, em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) I.
- (E) II.



<p>57. Considere a seguinte assertiva:</p> <p><i>O orçamento deve conter todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização.</i></p> <p>A referida afirmação traduz o princípio orçamentário da</p> <p>(A) universalidade.</p> <p>(B) não-afetação.</p> <p>(C) anualidade.</p> <p>(D) exclusividade.</p> <p>(E) especialização.</p>	<p>60. Inclui-se nas competências estabelecidas constitucionalmente para os sistemas de controle interno e externo da Administração pública,</p> <p>(A) a avaliação, pelo sistema de controle interno, do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, bem como da execução dos programas de governo.</p> <p>(B) o estabelecimento, pelo sistema de controle interno, de metas de superávit fiscal e o controle, pelo Tribunal de Contas, da execução orçamentária.</p> <p>(C) a fixação, pelo Tribunal de Contas, do limite de endividamento do correspondente ente federado.</p> <p>(D) o estabelecimento e controle, pelo Tribunal de Contas, a cada quadrimestre, do limite de gastos do ente correspondente com despesas de pessoal.</p> <p>(E) o controle da execução orçamentária, bem como das metas e dos riscos fiscais constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo Tribunal de Contas, que poderá realizar, se necessário, o contingenciamento de despesas do Poder Executivo.</p>
<p>58. A Lei Federal nº 4.320/64 define créditos adicionais como as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Os referidos créditos podem ser</p> <p>(A) extraordinários, destinados a reforço de dotação orçamentária.</p> <p>(B) suplementares, destinados a despesas urgentes e imprevistas.</p> <p>(C) especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(D) redutores, provenientes da anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.</p> <p>(E) excedentes, provenientes de excesso de arrecadação ou superávit financeiro.</p>	<p style="text-align: center;">Economia do Setor Público</p> <p>61. Os bens públicos</p> <p>(A) são ditos não rivais porque não têm bens substitutos perfeitos.</p> <p>(B) são produzidos por entes públicos, enquanto os bens privados são produzidos por sociedades anônimas.</p> <p>(C) que apresentarem elasticidade-preço da demanda positiva poderão ser produzidos pelo setor privado, mesmo que possuam características meritórias.</p> <p>(D) produzidos pelo Estado devem ser financiados por recursos do Orçamento Público, dadas suas características de consumo não rival e não excludente.</p> <p>(E) devem ser financiados mediante a cobrança de taxas em virtude de seu consumo gerar externalidades negativas.</p>
<p>59. De acordo com a normatização federal aplicável, as transferências de recursos orçamentários da União a órgão e a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, opera-se mediante</p> <p>(A) convênio ou termo de execução descentralizada, quando se tratar de descentralização de créditos entre órgãos ou entidades integrantes do Orçamento Fiscal da União.</p> <p>(B) contrato de repasse, no caso de repasse a órgãos ou entidades de outros entes federados, independentemente do valor.</p> <p>(C) termo de cooperação, facultativamente à celebração de convênio, quando se tratar de compromisso de conjugação de esforços que envolva contrapartida em valor equivalente aos recursos repassados pela União.</p> <p>(D) contrato de programa, na hipótese de gestão associada de serviços de interesse público por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, precedido de lei autorizativa.</p> <p>(E) convênio, quando envolver a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, cuja celebração será precedida de chamamento público visando à seleção de projetos ou entidades.</p>	<p>62. Em relação às funções do Estado na economia,</p> <p>(A) para que o Estado possa cumprir adequadamente sua função distributiva, necessariamente terá de abrir mão das funções alocativa e estabilizadora, levando o país a suportar surtos inflacionários.</p> <p>(B) a adoção de políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes é um instrumento para que o Estado cumpra sua função distributiva.</p> <p>(C) os instrumentos de política monetária não são adequados para que o Estado cumpra sua função estabilizadora.</p> <p>(D) a criação de empresas estatais é o único meio pelo qual o Estado poderá cumprir suas funções alocativa e distributiva.</p> <p>(E) para que o Estado possa cumprir com suas funções alocativa e distributiva acabará necessariamente incorrendo em déficit orçamentário, sacrificando assim a função estabilizadora.</p>



<p>63. Em relação ao Sistema Tributário Nacional,</p> <p>(A) a concessão de isenção do ICMS requer a aprovação de uma lei estadual.</p> <p>(B) os Estados têm competência para instituir Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico incidentes sobre receitas de exportação.</p> <p>(C) é facultado à União elevar a alíquota do ITCMD a 80% caso o <i>de cujos</i> não possua parentes até segundo grau.</p> <p>(D) os estados do Nordeste do país poderão sobretaxar com ICMS em até 5 pontos percentuais as mercadorias originárias do Sul e Sudeste com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico regional.</p> <p>(E) o IPVA deve respeitar os princípios da essencialidade e progressividade em suas alíquotas, cujo valor mínimo é estabelecido pela Câmara dos Deputados.</p>	<p>66. Uma das formas pelas quais se manifesta o Federalismo Fiscal brasileiro é por meio da repartição das receitas públicas. A esse respeito é correto afirmar que</p> <p>(A) o imposto de renda retido na fonte, incidente sobre os salários dos servidores públicos estaduais, retorna parcialmente aos estados de origem por meio do Fundo de Participação dos Estados.</p> <p>(B) o produto da arrecadação do IOF, incidente sobre o ouro ativo financeiro, será partilhado entre a União, o Estado e o Município onde se situa sua lavra.</p> <p>(C) o produto da arrecadação do IPVA só deverá ser partilhado entre estados e municípios se estes últimos estiverem efetuando investimentos em obras viárias ou de transporte público.</p> <p>(D) os Fundos de Participação de Estados e Municípios são compostos por recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre a Renda, do IPI, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do ICMS.</p> <p>(E) a repartição de receitas estimula a atividade exportadora dos estados na medida em que parte da arrecadação do IPI é a eles transferida, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.</p>
<p>64. Sobre o financiamento da Seguridade Social é correto afirmar que</p> <p>(A) o custeio da Seguridade Social pode ser alterado de sorte a passar a ser garantido por apenas uma fonte de recursos.</p> <p>(B) somente trabalhadores com vínculo empregatício devem contribuir para o financiamento da Seguridade Social.</p> <p>(C) aposentados do Regime Geral da Previdência Social não devem contribuir para a Seguridade Social, mas os do setor público não estão dispensados dessa contribuição.</p> <p>(D) o poder público não poderá lançar mão de contribuições sociais incidentes sobre o lucro, a receita ou o faturamento para financiar a Seguridade Social.</p> <p>(E) a Seguridade Social deve ser financiada apenas pelas empresas e trabalhadores urbanos, de forma direta e indireta, suprindo de recursos, por meio de contribuições sociais, os orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>67. Em um determinado país, a tributação das pessoas físicas pelo Imposto sobre a Renda tem as seguintes regras básicas:</p> <p>I. Todas as pessoas são tributadas pelo Imposto sobre a Renda.</p> <p>II. A renda das pessoas físicas é tributada em sua totalidade.</p> <p>III. A renda das pessoas físicas é tributada à alíquota zero até o valor de R\$ 10.000,00 e à alíquota de 20% (vinte por cento) no que exceder esse valor.</p> <p>Com base nas regras tributárias vigentes no país, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Imposto sobre a Renda é proporcional para pessoas físicas com renda superior a R\$ 10.000,00.</p> <p>(B) apesar de haver uma única alíquota nominal diferente de zero vigente, o Imposto sobre a Renda deste país é progressivo.</p> <p>(C) o Imposto sobre a Renda deste país respeita o Princípio da Equidade Horizontal, mas não respeita o Princípio da Equidade Vertical.</p> <p>(D) o baixo grau de progressividade do Imposto sobre a Renda deste país faz com que as pessoas físicas não consigam repassar seu ônus tributário a outros agentes econômicos.</p> <p>(E) a introdução de novas faixas de renda e alíquotas aplicáveis ao Imposto sobre a Renda não é suficiente para aumentar seu grau de progressividade, em função da ausência de despesas dedutíveis de sua base de cálculo.</p>
<p>65. Considere:</p> <p>I. Para financiar seus déficits orçamentários o governo poderá emitir títulos públicos, os quais poderão ser vendidos ao mercado, implicando assim em engajamento da base monetária, ou serão vendidos ao Banco Central do Brasil, que os adquirirá mediante a emissão de moeda, com o objetivo único de regular a oferta monetária.</p> <p>II. O endividamento público de uma economia só terá efeito sobre a taxa de juros vigente quando for financiado por meio da emissão de moeda.</p> <p>III. O aumento do endividamento público pode ser uma das causas de elevação dos déficits públicos futuros, na medida em que seus juros constituem uma das despesas orçamentárias de um país.</p> <p>IV. Não há qualquer limite para o endividamento público de um país como proporção de seu Produto Interno Bruto, posto que os adquirentes de títulos públicos sempre considerarão tais títulos de risco zero, já que eles deverão ser honrados pelo governo desse país.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	



<p>68. No Modelo Keynesiano, para uma economia fechada, o</p> <p>(A) efeito multiplicador de uma elevação dos gastos do governo será tanto maior quanto menor a propensão marginal a consumir.</p> <p>(B) efeito multiplicador de uma elevação dos gastos do governo será tanto menor quanto menor a propensão marginal a poupar.</p> <p>(C) efeito multiplicador de uma redução da tributação é menor que o efeito multiplicador do aumento dos gastos do governo de igual valor.</p> <p>(D) nível de renda de pleno emprego só será atingido se uma das despesas autônomas for elevada em montante igual ao hiato entre a renda atual e a renda de pleno emprego.</p> <p>(E) fato da tributação ser autônoma ou função da renda é irrelevante para a determinação da magnitude do multiplicador dos gastos do governo.</p>	<p>71. Em relação ao Sistema Financeiro Nacional e seus órgãos reguladores, é correto afirmar que</p> <p>(A) as finalidades do Conselho Monetário Nacional – CMN restringem-se à proposição, ao acompanhamento e à avaliação das políticas cambial e de relações financeiras com o exterior, as quais serão implementadas pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>(B) os bancos de desenvolvimento têm por objetivo proporcionar o suprimento de recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social de um estado da federação, o qual deverá ser seu controlador.</p> <p>(C) os bancos múltiplos devem operar pelo menos três, dentre as seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.</p> <p>(D) são atribuições do Banco Central do Brasil receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras, executar os serviços de compensação de cheques, exercer a fiscalização das instituições financeiras e intermediar o fluxo de capitais estrangeiros no país.</p> <p>(E) as agências de fomento são instituições financeiras privadas que se destinam à concessão de financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos localizados exclusivamente na Unidade da Federação onde se situa sua sede, podendo captar recursos por meio de depósitos a prazo do público em geral.</p>
<p>69. Segundo o Teorema do Orçamento Equilibrado,</p> <p>(A) a economia só alcançará o pleno emprego se o orçamento público estiver em equilíbrio.</p> <p>(B) os aumentos das despesas públicas têm de ser acompanhados por elevação da tributação para que se mantenha a confiança dos investidores estrangeiros na economia do país.</p> <p>(C) a política fiscal de aumento dos gastos do governo será eficaz apenas se o governo partir de uma situação de orçamento equilibrado.</p> <p>(D) a elevação de gastos do governo acompanhada do aumento da tributação em igual valor resultará em aumento do produto da economia no mesmo montante.</p> <p>(E) se o orçamento público estiver equilibrado e a economia estiver em pleno emprego, o balanço de pagamentos também estará equilibrado no que se denomina estado estacionário.</p>	<p>72. Considerando o objetivo de reduzir o nível de desemprego involuntário em uma economia, pode-se afirmar que</p> <p>(A) em países de economia aberta e perfeita mobilidade de capitais, a política fiscal é eficaz, independentemente do regime cambial adotado.</p> <p>(B) em países de economia fechada, a eficácia da política monetária independe da elasticidade dos investimentos à taxa de juros.</p> <p>(C) a política fiscal não será eficaz para países de economia fechada cuja demanda por moeda seja perfeitamente inelástica à taxa de juros.</p> <p>(D) caso o país tenha economia fechada e seu consumo responda negativamente a variações da taxa de juros, a política fiscal não será eficaz.</p> <p>(E) o regime cambial adotado não interfere na eficácia da política monetária, caso o país tenha economia aberta e perfeita mobilidade de capitais.</p>
<p>70. Com relação ao mercado monetário,</p> <p>(A) a demanda por moeda tem elasticidade-renda e elasticidade-juros positivas em função dos motivos transação e especulação para reter moeda.</p> <p>(B) os meios de pagamentos em seu conceito M2 incluem depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança.</p> <p>(C) quando um agente econômico efetua saques em dinheiro de depósitos à vista por ele mantidos em um banco comercial está ocorrendo a criação de moeda em seu conceito M1.</p> <p>(D) o Banco Central pode controlar a oferta monetária por meio da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais, elevando-a para aumentar a oferta de moeda, ou reduzindo-a para diminuir a oferta de moeda.</p> <p>(E) a base monetária é composta pelo papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista mantidos no Banco Central do Brasil, consistindo na principal variável de política monetária do país.</p>	



<p>73. Considere:</p> <p>I. A Carga Tributária Líquida como percentual do produto da economia corresponde à razão entre os valores nominais da arrecadação tributária das três esferas de governo e do Produto Interno Bruto medido a preços de mercado.</p> <p>II. As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP, em seu conceito nominal, são calculadas a partir da variação da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), descontada a variação da taxa de câmbio sobre os estoques de dívida interna indexada ao câmbio, de dívida externa e das reservas internacionais.</p> <p>III. O conceito de Dívida Externa utilizado pelo Banco Central do Brasil inclui a dívida pública externa de curto, médio e longo prazos, líquida de reservas internacionais e garantias.</p> <p>IV. O Resultado Operacional do setor público não inclui em seu cômputo os juros da dívida pública interna. Já o Resultado Primário os inclui tornando essa medida de suma importância para a avaliação da sustentabilidade da dívida pública a longo prazo.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>76. A entrega de material de distribuição gratuita por um fornecedor e a concomitante liquidação da despesa gera lançamentos em contas com informação de natureza</p> <p>(A) orçamentária, apenas.</p> <p>(B) patrimonial, apenas.</p> <p>(C) orçamentária e típica de controle, apenas.</p> <p>(D) orçamentária e patrimonial, apenas.</p> <p>(E) orçamentária, patrimonial e típica de controle.</p>
<p style="text-align: center;">Contabilidade Pública</p> <p>74. O Plano de Contas da Administração Pública Federal está estruturado por níveis de desdobramento, sendo que o primeiro nível é denominado</p> <p>(A) Grupo.</p> <p>(B) Classe.</p> <p>(C) Título.</p> <p>(D) Item.</p> <p>(E) Natureza da Informação.</p>	<p>77. Considere as seguintes transações ocorridas no mês de fevereiro de 2014 em uma entidade pública governamental:</p> <p>I. Prestação de Serviços, com o respectivo lançamento da receita, no valor de R\$ 250.000,00.</p> <p>II. Arrecadação de Receita Tributária, cujo fato gerador ocorreu no mês de janeiro de 2014, no valor de R\$ 390.000,00.</p> <p>III. Arrecadação de receitas inscritas na dívida ativa não tributária, no valor de R\$ 180.000,00.</p> <p>IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 500.000,00.</p> <p>V. Uso de material de consumo adquirido em janeiro de 2014, no valor de R\$ 14.000,00.</p> <p>VI. Empenho e liquidação da despesa com a aquisição de dois computadores, no valor de R\$ 8.000,00, cuja utilização foi iniciada em março de 2014.</p> <p>VII. Liquidação da despesa de consultoria, no valor de R\$ 38.000,00, cujo empenho ocorreu em janeiro de 2014.</p> <p>No mês de fevereiro de 2014, o resultado patrimonial foi, em reais,</p> <p>(A) deficitário em 302.000,00.</p> <p>(B) deficitário em 130.000,00.</p> <p>(C) superavitário em 260.000,00.</p> <p>(D) superavitário em 62.000,00.</p> <p>(E) superavitário em 24.000,00.</p>
<p>75. Considerando os lançamentos contábeis padronizados e a natureza patrimonial da informação, o reconhecimento da depreciação mensal dos equipamentos de um órgão do setor público provoca</p> <p>(A) permutação entre elementos do ativo.</p> <p>(B) permutação entre elementos do passivo.</p> <p>(C) variação patrimonial diminutiva e redução do ativo.</p> <p>(D) cancelamento de variação patrimonial aumentativa e redução do ativo.</p> <p>(E) variação patrimonial diminutiva e aumento do passivo.</p>	<p>78. Quanto à natureza orçamentária da informação, a arrecadação da receita oriunda da alienação de um bem imóvel com ganho na transação gera o seguinte lançamento contábil:</p> <p>(A) D – Caixa e Equivalentes de Caixa C – Bens Imóveis</p> <p>(B) D – Caixa e Equivalentes de Caixa C – Bens Imóveis C – Ganhos com Alienação de Imobilizado</p> <p>(C) D – Ganhos com Alienação de Imobilizado C – Variações Patrimoniais Aumentativas</p> <p>(D) D – Receita a Realizar C – Receita Realizada</p> <p>(E) D – Controle da Disponibilidade de Recursos C – Disponibilidade por Destinação de Recurso</p>



79. No dia 31/01/2014, um órgão da Administração pública direta estadual fez o empenho da despesa com Equipamentos e Material Permanente no valor de R\$ 35.000,00 e, no dia 04/02/2014, fez o empenho da despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica no valor de R\$ 500,00 referentes, respectivamente, à aquisição de móveis para escritório e fretes para entrega dos mesmos. Em 14/02/2014, o fornecedor entregou os móveis e, neste mesmo dia, houve a liquidação de ambas as despesas (equipamentos e material permanente e serviços de terceiros – pessoa jurídica), cujo pagamento ocorreu em 07/03/2014 (também de ambas as despesas). Os móveis foram adquiridos para utilização por servidores contratados pelo órgão público e foram colocados em uso no dia 15/03/2014. Considerando que a vida útil econômica dos móveis foi estimada em 10 anos, a contabilidade deveria reconhecer, em reais,

- (A) um passivo circulante de 35.000,00 em janeiro de 2014.
- (B) uma variação patrimonial diminutiva de 500,00 em fevereiro de 2014.
- (C) uma variação patrimonial aumentativa de 35.000,00 em fevereiro de 2014.
- (D) um ativo imobilizado de 35.500,00 em fevereiro de 2014.
- (E) um passivo permanente de 35.000,00 em fevereiro de 2014.

80. Considere os dados extraídos do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2013 de um determinado ente público:

Em milhares de reais

Dotação Atualizada	20.800,00
Despesa Empenhada	19.700,00
Despesa Liquidada	18.800,00
Despesa Paga	17.400,00

Considerando que o ente público faz a inscrição de restos a pagar no final do exercício financeiro, em 31/12/2013, a contabilidade deveria realizar o lançamento contábil referente à inscrição, em milhares de reais, de restos a pagar

- (A) processados, no valor de 1.400,00 em contas de natureza orçamentária.
- (B) não processados, no valor de 2.300,00 em contas de natureza orçamentária.
- (C) não processados, no valor de 900,00 em contas de natureza típica de controle.
- (D) processados, no valor de 1.400,00 em contas de natureza patrimonial.
- (E) não processados, no valor de 900,00 em contas de natureza financeira e típica de controle.

81. Considere os dados extraídos do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2013 de um determinado ente público:

Em milhares de reais

Dotação Atualizada	32.000,00
Despesa Empenhada	30.700,00
Despesa Liquidada	30.100,00
Despesa Paga	29.600,00

Considere ainda que, no exercício financeiro de 2013, ocorreram as seguintes transações:

- obtenção de uma operação de crédito por antecipação da receita orçamentária no valor de R\$ (mil) 2.500,00, cuja liquidação foi em 30/11/2013.
- devolução de um depósito caução no valor de R\$ (mil) 290,00.
- pagamento, no valor de R\$ (mil) 2.000,00, a fornecedores referente a material de consumo, cujo empenho e liquidação da despesa ocorreram em 2012.

Com base nessas informações, os valores dos recebimentos extraorçamentários e dos pagamentos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro referente ao exercício de 2013, foram, respectivamente, em milhares de reais,

- (A) 2.500,00 e 4.790,00.
- (B) 3.600,00 e 4.790,00.
- (C) 1.100,00 e 2.290,00.
- (D) 2.500,00 e 4.500,00.
- (E) 3.600,00 e 2.790,00.

82. Considere os itens, a seguir, do patrimônio da Administração pública direta estadual em 30/06/2013:

- I. Sistema operacional dos microcomputadores utilizados pelos funcionários (*software* integrante do *hardware*).
- II. Obrigação com fornecedores com vencimento em 90 dias.
- III. Adiantamento de 13^o salário aos funcionários, cujo desconto do valor devido ocorreu na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013.

No Balanço Patrimonial de 30/06/2013, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como:

- (A) Imobilizado; Passivo Circulante; Ativo Circulante.
- (B) Intangível; Passivo Circulante; Ativo Circulante.
- (C) Intangível; Passivo Circulante; Passivo Circulante.
- (D) Imobilizado; Passivo Permanente; Passivo Circulante.
- (E) Intangível; Passivo Permanente; Ativo Circulante.



83. O superávit financeiro do exercício é apurado pela diferença entre

- (A) ativo circulante e passivo circulante.
- (B) ativo não circulante e passivo não circulante.
- (C) disponibilidade bruta de caixa e recursos vinculados.
- (D) recursos não vinculados e disponibilidade líquida de caixa.
- (E) ativo financeiro e passivo financeiro.

Desenvolvimento Econômico

84. No tocante ao conceito de "desenvolvimento econômico" considere:

- I. Antes da criação do Estado Nacional moderno, a noção de desenvolvimento econômico se associava ao aumento do poder econômico e militar do soberano, raramente voltando-se para a melhoria das condições de vida do conjunto da população.
- II. No início do século XX, o economista austríaco Joseph Schumpeter traz importante contribuição teórica para a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, associando este segundo conceito ao funcionamento do sistema econômico em um fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas apresentam aumento em função da expansão demográfica.
- III. As flutuações econômicas e o processo de concentração de riqueza contribuem para a percepção da desigualdade do desenvolvimento entre nações, atrelada a questões de distribuição.
- IV. O advento da Contabilidade Nacional auxiliou na construção de uma hierarquização de países entre níveis de desenvolvimento mensurados em função de sua renda.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

85. A tabela abaixo apresenta, em sua coluna da esquerda, quatro indicadores de desenvolvimento e, em sua coluna da direita, quatro características associadas a esses indicadores.

Indicadores	Características
I. Renda <i>per capita</i> .	a. Possui uma correlação inversa com os níveis de renda.
II. Expectativa de vida ao nascer.	b. Associa-se ao aumento do nível de renda, aos padrões de melhor alimentação e ao desenvolvimento da medicina.
III. Taxa de mortalidade infantil.	c. Depende dos níveis de educação feminina, melhor alimentação, existência de programas de prevenção a doenças e maior disponibilidade de médicos.
IV. Analfabetismo entre adultos.	d. Por ser uma média camufla as desigualdades distributivas.

A alternativa que apresenta a correspondência correta entre os indicadores e suas características é:

- (A) I-d - II-a - III-b - IV-c.
- (B) I-d - II-b - III-c - IV-a.
- (C) I-c - II-a - III-d - IV-b.
- (D) I-a - II-c - III-b - IV-d.
- (E) I-a - II-c - III-d - IV-b.

86. Seguem duas afirmações a respeito de um determinado modelo de desenvolvimento:

Na América Latina, a instabilidade econômica associada às monoculturas de exportação levou muitos países, quando de seus esforços de industrialização, a uma autarcia que marcou seus padrões de desenvolvimento

PORQUE

os processos substituidores de importação, adotados por esses países, constituíram uma estratégia de crescimento denominada como "voltada para dentro", gerando forte redução de itens em suas pautas de importação.

- (A) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (B) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- (C) A primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) A primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- (E) As duas afirmações são falsas.



<p>87. A ideia fundamental da teoria da base é a de que o crescimento das gera efeitos de multiplicação e de aceleração no setor de mercado interno produzidos pelo e pelo efeito de encadeamento para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços como: transportes, comunicações, financiamentos etc.</p> <p>Os conceitos que complementam corretamente as lacunas da frase acima são, respectivamente:</p> <p>(A) exportadora – exportações – não-exportador – efeito-renda</p> <p>(B) importadora – importações – não-importador – efeito-riqueza</p> <p>(C) exportações e importações – exportações – importador – efeito-substituição</p> <p>(D) exportadora – importações – não-importador – efeito-riqueza</p> <p>(E) importadora – exportações – não-exportador – efeito-renda</p>	<p>90. O indicador que NÃO faz parte do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é:</p> <p>(A) a expectativa de vida ao nascer.</p> <p>(B) a escolaridade da população adulta.</p> <p>(C) o fluxo escolar da população jovem.</p> <p>(D) a renda <i>per capita</i>.</p> <p>(E) a abrangência dos serviços de saneamento básico.</p>
<p>88. A teoria do desenvolvimento gestada na América Latina, nos anos de 1960, denominada Teoria da Dependência</p> <p>(A) defendia a ideia de superação do subdesenvolvimento a partir dos esforços de uma burguesia industrial nacional, único grupo capaz de, isoladamente, promover a industrialização e ultrapassar essa condição.</p> <p>(B) pregava que o desenvolvimento é uma impossibilidade para os países periféricos, pois as elites locais seriam incapazes de se associarem ao imperialismo.</p> <p>(C) constituiu-se como uma leitura latino-americana da Teoria do Imperialismo, simplesmente, aplicando-a neste contexto.</p> <p>(D) filiava-se à matriz teórica marxista, tomando como ponto de partida a noção de “tendência decrescente da taxa de lucro” vivida pelo capitalismo dos países periféricos.</p> <p>(E) propunha que a economia de alguns países era condicionada perversamente pelo desenvolvimento e expansão de economias de outros.</p>	<p style="text-align: center;">Técnica Legislativa e Normas Regimentais</p> <p>91. Um Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE recebeu a incumbência de elaborar um projeto de lei. Para tanto, deve atender ao disposto na Lei Complementar nº 171/2011. Esse dispositivo legal define que as três partes básicas da estrutura da lei são:</p> <p>(A) Cabeçalho, Ementa e Preâmbulo.</p> <p>(B) Cabeçalho, Texto Normativo e Fecho.</p> <p>(C) Epígrafe, Ementa e Preâmbulo.</p> <p>(D) Epígrafe, Texto Normativo e Fecho.</p> <p>(E) Preâmbulo, Ementa e Texto Normativo.</p>
<p>89. A proliferação de indicadores do desenvolvimento, tais como o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (IBES), o Índice de Progresso Real (GPI, em inglês), o Indicador de Poupança Verdadeira (GSI, em inglês), dentre outros, deve-se</p> <p>(A) ao abandono do PIB e do PIB <i>per capita</i> como indicadores de desenvolvimento econômico.</p> <p>(B) à necessidade de aperfeiçoamento da base de informações sobre o desenvolvimento econômico, associada à emergência de países com um padrão distinto de desenvolvimento, como é o caso dos chamados <i>BRICS</i>.</p> <p>(C) à crescente preocupação com o desenvolvimento dito sustentável, gerando indicadores com crescente influência de métricas sócio-ambientais.</p> <p>(D) à dificuldade de monetarização das informações, isto é, os índices citados buscam outra forma de tornar as bases de dados construídas, por cada um deles, contabilizáveis e comparáveis entre si.</p> <p>(E) à necessidade de se desconsiderarem as chamadas despesas defensivas do cálculo dos indicadores de desenvolvimento econômico.</p>	<p>92. Uma das atividades que exige maior atenção do Analista Legislativo é quanto à alteração das leis, uma vez que sempre deve se ater às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 171/2011, principalmente para assegurar a clareza e a precisão do texto legal. A utilização das siglas NR e AC deve ocorrer, respectivamente, nos casos de</p> <p>(A) Nova Redação de Dispositivo e Acréscimo de Dispositivo.</p> <p>(B) Nota do Redator sobre Dispositivo e Acréscimo de Capítulo.</p> <p>(C) Nova Revogação de Dispositivo e Acréscimo de Conteúdo.</p> <p>(D) Nota de Revogação de Dispositivo e Alteração de Conteúdo.</p> <p>(E) Nota de Redação de Dispositivo e Alteração de Capítulo.</p> <p>93. A Lei Complementar nº 95/1998 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. Nos termos desta Lei Complementar, a unidade básica de articulação dos textos legais denomina-se</p> <p>(A) Comando.</p> <p>(B) Artigo.</p> <p>(C) Inciso.</p> <p>(D) Alínea.</p> <p>(E) Item.</p> <p>94. O artigo 13, §1º, da Lei Complementar nº 95/1998 dispõe que a consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados. É regra atinente a essa consolidação de leis que a</p> <p>(A) homogeneização terminológica do texto deve ser expressa e fundamentadamente justificada.</p> <p>(B) formulação do projeto de lei é de competência exclusiva do Poder Legislativo.</p> <p>(C) medida provisória, convertida ou não em lei, não pode ser objeto de consolidação.</p> <p>(D) diferente colocação e numeração de artigos consolidados é vedada.</p> <p>(E) apreciação do projeto de lei pelo Poder Legislativo será mediante procedimento simplificado.</p>



95. Um Deputado entrou no recinto da ALEPE portando arma, fato que obrigou a ação do corpo de segurança da Casa. Essa conduta, caso não caiba cominação mais grave, está sujeita à medida disciplinar de
- (A) advertência.
 - (B) suspensão temporária do exercício do mandato.
 - (C) censura escrita.
 - (D) perda do mandato mediante declaração da Mesa Diretora.
 - (E) perda do mandato mediante decisão do Plenário.
96. Ao Deputado acusado de alguma das infrações tipificadas no Código de Ética Parlamentar é assegurado um procedimento disciplinar no qual será respeitado o contraditório e a ampla defesa. No caso de perda do mandato por perda ou suspensão de direitos políticos será aplicado o Procedimento Disciplinar
- (A) Ordinário.
 - (B) Especial.
 - (C) Sumário.
 - (D) Simplificado.
 - (E) Extraordinário.
97. O Palácio Joaquim Nabuco, localizado na cidade de Recife, é o recinto das reuniões legislativas da ALEPE. Todavia, o Presidente da ALEPE solicitou que a Assembleia se reunisse em outro local do Estado por motivo relevante. Essa medida necessita ser aprovada por
- (A) 2/3 dos membros da Assembleia.
 - (B) 2/5 dos membros da Assembleia.
 - (C) 3/5 dos membros da Assembleia.
 - (D) 4/5 dos membros da Assembleia.
 - (E) 1/3 dos membros da Assembleia.
98. O Regimento Interno da ALEPE prevê que em cada legislatura serão realizadas sessões preparatórias, legislativas ordinárias e legislativas extraordinárias. É regra atinente à realização dessas sessões que:
- (A) as legislativas extraordinárias são realizadas antes do início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias.
 - (B) as legislativas ordinárias dependem de convocação.
 - (C) as legislativas ordinárias não serão encerradas sem a votação dos planos de Governo relativos à saúde e educação.
 - (D) se não concluídos os trabalhos que motivaram a convocação da sessão extraordinária, esta não será encerrada, ainda que finalizado o período de recesso parlamentar.
 - (E) é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação para a sessão extraordinária.
99. A estrutura organizacional da ALEPE está estabelecida no seu Regimento Interno. Nesses termos, é órgão da ALEPE
- (A) as lideranças parlamentares.
 - (B) os partidos políticos.
 - (C) os blocos partidários.
 - (D) o corpo de Segurança Interna.
 - (E) o Deputado.
100. Um Deputado esteve ausente por várias Reuniões Ordinárias Plenárias mensais. Nos termos do Regimento da ALEPE, deverá apresentar pedido de licença se essas ausências forem superiores a
- (A) 8 reuniões.
 - (B) 3 reuniões.
 - (C) 10 reuniões.
 - (D) 5 reuniões.
 - (E) 7 reuniões.